



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 184/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10742/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Exercício:** 2014.

**4- Órgão:** Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social de Fonte Boa – FUMPAS.

**5- Responsável:** Sr. Francisco Dantas de Lima, Presidente do FUMPAS Fonte Boa, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICERP – Relatório de Inspeção nº 012/2015 (fls. 104/112) e DICOP – Informação nº 706/2015 (fl. 123).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2804/2015–MP–RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 113/120).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas. FUMPAS.  
Exercício de 2014.

*Revelia. Contas Irregulares. Multas. Prazo.  
Cobrança Executiva.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Considerar** o responsável, Sr. **Francisco Dantas de Lima** (Presidente do FUMPAS à época), **revel**, em conformidade com o preconizado pelo art. 20, § 3º, da Lei nº 2.423/96;

**9.2- Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa - FUMPAS, exercício de 2014, que tinha como responsável o Sr. Francisco Dantas de Lima (Presidente do FUMPAS à época), nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 184/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.3- Em conformidade com o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva**, acolhido pelo Relator, **aplicar multa** com o valor presente no art. 308, inciso VI da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM c/c art.54, inciso II da Lei nº 2.423/1996, valor este quantificado em R\$ **8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), por todas as infrações às normas legais e/ ou regulamentares apontadas no bojo da Proposta de Voto, quais sejam:

**9.3.1- Ausência** de atuação fundada em Lei que deveria dispor sobre o Plano de Cargos e Salários do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores de Fonte Boa – FUMPAS, violando o princípio da legalidade;

**9.3.2- Ausência** de documentos e registros que comprovem plenamente a regularidade de todos os processos de aposentadorias e pensões concedidas ou assumidas pela entidade a partir de sua criação - e em especial no exercício em comento - foram remetidos ao Tribunal de Contas para registro, de acordo com o art. 71, III, da CF/88 e da Resolução TCE n02/90, violando o princípio do devido processo legal e eficiência administrativa;

**9.3.3- Omissão** de realização da avaliação atuarial inicial e em cada balanço, conforme disposições do art. 37 da Lei Municipal n.º 004/2012 - GPMFB; do art. 1º, I, da Lei Federal nº 9.717/98 e art. 8º da Portaria MPS nº 402/08;

**9.3.4- Inconsistência contábil** ante a ausência de documentos que comprovem plenamente se os valores totais das contribuições dos servidores ativos e da contribuição patronais previdenciárias retidas e registradas nas contas de 2014 dos Poderes Executivo e Legislativo de Fonte Boa foram efetivamente recolhidos pelo Fundo, em desacordo com o art. 201 da Constituição Federal;

**9.3.5- Omissão** ante a ausência de documentos que comprovem plenamente se há contrato/convênio com o INSS para fins de compensação previdenciária ou as justificativas e o andamento do procedimento para este fim, em desacordo com o art. 201, § 9º da Constituição da República;

**9.3.6- Omissão** por ausência de documentos que comprovem plenamente a elaboração do recenseamento previdenciário dos aposentados e pensionistas, conforme disposição do inciso II do art. 9º da Lei Federal nº 10.887/04 e inciso II do art. 15 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009;

**9.3.7- Cobrança ilegítima** de alíquota de 8% dos vencimentos dos servidores ativos e inativos, constante do inciso I, do art. 27, da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB, contrariando a norma geral do art. 3.º da Lei Federal n.º 9.717/98,



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 184/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

assim como o art. 5.º, XIV, "a" e "b", da Portaria MPS nº 204/08; art. 3º, I e II, da Portaria MPS nº 402/08; art. 26, 27 e 30 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009;

**9.3.8- Omissão** por falta de registro individualizado de cada servidor e da parte patronal, contrariando o art. 1º, VII, da Lei nº 9.717/98; art. 18 da Portaria MPS nº 402/2008 e art. 20 da Orientação Normativa SPS/MPS Nº 02/2009;

**9.3.9- Ofensa** ao art. 43 da Lei Municipal n. 004/2012, que dispõe ser o mandato do Conselho de Administração do FUMPAS de 3 (três) anos, na aprovação do Estatuto que dispõe em seu art. 13, § 1º, ser o mandato de 2 (dois) anos;

**9.3.10- Ausência** dos comprovantes de que as demonstrações contábeis relacionadas às fls. 109/110 foram encaminhadas nos respectivos prazos e cumpridos pelo FUMPAS junto ao Ministério de Previdência Social - MPS, conforme preconizado pela legislação previdenciária;

**9.3.11- Permanência** de recursos financeiros em caixa no dia 31/12/2014, no valor de R\$ 11.392,19, (saldo para o exercício seguinte), contrariando o art. 156, § 1º, da CE/1989 c/c o art. 164 § 3º da CF/1988;

**9.3.12-** Foram detectadas nos Contratos n. 01/2014 e 04/2014 as seguintes **ilegalidades**: falta de numeração do procedimento administrativo (art. 38 da Lei n. 8.666/1993), ausência de procedimento licitatório (arts. 2º., 24, 25 e 26 da Lei nº. 8.666/93) e ausência das certidões de regularidade fiscal (art. 195, § 3º da CF/88 c/c o art. 29 incisos III e IV da Lei n. 8.666/93);

**9.3.13- Falta de informações** no sistema E-contas dos procedimentos licitatórios e termos de Contrato e da movimentação contábil da unidade, violando o princípio da prestação de contas;

**9.3.14- Ilegalidades** detectadas na contratação do Serviço de Implantação do Programa FOPAG, SEFIP, RAIS, DIRF e Lançamento do Sistema SAP (Contrato n. 01/2014 – valor de R\$ 11.350,00) e aluguel de salas para o FUMPAS (Contrato n. 04/2014 – valor de R\$ 12.000,00).

**9.4- Fixar o prazo** de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 184/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.5- Autorizar** desde já a instauração da **Cobrança Executiva** no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

**10- Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 24 de Fevereiro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral